

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

KARINA SANTOS

**GESTÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS:
potencialidades da atuação profissional do arquivista**

**PORTO ALEGRE
2011**

KARINA SANTOS

**GESTÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS:
potencialidades da atuação profissional do arquivista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Me. Maria do Rocio Fontoura Teixeira.

**PORTO ALEGRE
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ricardo Schneiders da Silva

Vice-diretora: Dra. Regina Helena van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Dra. Ana Maria M. de Moura

Chefe Substituta: Dra. Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Coordenadora: Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Karina

K237g Gestão de arquivos pessoais : potencialidades da atuação profissional do arquivista [manuscrito] / Karina Santos; orientada por Maria do Rocio Fontoura Teixeira. – Porto Alegre, 2011. – 45 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2009.

1. Gestão de arquivos 2. Arquivos pessoais 3. Mercado de trabalho
I. Santos, Karina II. Teixeira, Maria do Rocio Fontoura; orient. III. Título.

CDU 930.251

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana

Porto Alegre, RS, Brasil

CEP: 900.35-007

Telefone: (55) (51) 3308-5067

FAX: (55) (51) 3308-5435

e-mail: fabico@ufrgs.br

KARINA SANTOS

**GESTÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS:
potencialidades da atuação profissional do arquivista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Me. Maria do Rocio Fontoura Teixeira.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ms. Maria do Rocio Fontoura Teixeira (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de Ciência da Informação
Orientadora

Prof. Ms. Rita de Cássia Portela da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de Ciência da Informação

Tassiara Kich
Arquivista

Data de Aprovação: ____/____/____

Dedico este trabalho às minhas famílias, aquela em que eu nasci, pai, mãe, irmã, tias, tios, primas, primos e avós e aquela que escolhi, amor e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mim mesma, pela persistência em concluir uma graduação, vencendo toda a minha preguiça acadêmica. Agradeço à minha família por exercer uma pressão apenas moderada quanto a isso. Agradeço ao Edgar, amor da vida, pela confiança, apoio e investimento. Agradeço aos colegas da turma 2008/1 pela grata surpresa de alguns bons amigos, especialmente ao Maurício Ramos, amigo de década e meia, com quem tornei a conviver pelas mãos da Arquivologia, e sem o qual não sei se teria sobrevivido. Agradeço à Rafael Antunes e Magda Ávila, responsável pela ficha catalográfica, revisão das normas e muito mais. Agradeço aos colegas arquivistas com quem tive oportunidade de estagiar, às gurias do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e a equipe do Arquivo Geral do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Agradeço à Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul, pelas indicações de profissionais para participar da pesquisa. Agradeço a Alexandre Böer, cujo acervo particular me atraiu para o tema desta monografia. Agradeço à minha orientadora, Professora Maria do Rocio Teixeira, pelo acolhimento em tempos quase desesperadores. Finalmente, agradeço aos profissionais que colaboraram para a conclusão deste trabalho, ao participarem da pesquisa que o sustenta.

**Quando menos se espera, tudo reverbera.
Hilda Hilst**

RESUMO

Monografia de Conclusão do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aborda o tema Gestão de Arquivos Pessoais e o mercado de trabalho para o arquivista. Apresenta revisão bibliográfica sobre o tema e suas relações com a Arquivologia, a História, a legislação, o mercado de trabalho do profissional da informação e a regulamentação da profissão de arquivista. Apresenta os resultados de pesquisa qualitativa realizada com profissionais experientes na organização e gestão de arquivos pessoais, onde são apontadas as viabilidades e potencialidades deste nicho de mercado. Conclui que este é um mercado de trabalho a ser explorado, e de grande viabilidade para os profissionais que optarem pelo investimento profissional no estabelecimento de consultorias.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos Pessoais. Mercado de Trabalho.

RESUMEN

Monografía de Conclusión del Curso de Archivología de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aborda el tema Gestión de Archivos Personales y el mercado de trabajo para el archivero. Presenta revisión bibliográfica sobre el tema y sus relaciones con la Archivología, la Historia, la legislación, el mercado de trabajo de los profesionales de la información y la regulación de la profesión de archivero. Presenta los resultados de la encuesta cualitativa realizada con profesionales experientes em organización y gestión de archivos personales, donde se apuntam la viabilidad y el potencial de este nicho de mercado. Concluye que este es un mercado de trabajo a ser explotado, y de gran viabilidad para los profesionales que opten por la dedicación profesional en el establecimiento de consultorías.

Palabras-clave: Archivística. Archivos Personales. Mercado de Trabajo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro I – Formação e Quantidade de Projetos	32
Quadro II – Volume do Acervo e Tempo despendido	33
Quadro III – Nível de detalhamento alcançado	33
Gráfico 1: Respostas da questão 6	36
Gráfico 2: Respostas da questão 8	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 REVISÃO DA LITERATURA	15
3.1 Gestão Documental	15
3.2 Os Arquivos Pessoais na Arquivologia	16
3.3 Os Arquivos Pessoais e a História	22
3.4 O Mercado de Trabalho do Profissional da Informação	25
4 METODOLOGIA	30
5 RESULTADOS	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A: ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO	44

1 INTRODUÇÃO

A temática de Arquivos Pessoais nos interessou desde o início da graduação, onde este tema foi abordado apenas superficialmente. A literatura da área geralmente contempla o tratamento arquivístico dado a acervos de pessoas conhecidas, já falecidas, cujos documentos foram doados pelas famílias e organizados por instituições de custódia.

Por outro lado, sabe-se da existência de empresas de organização doméstica que oferecem, entre outros serviços, a organização dos documentos pessoais, mas não temos a informação sobre a qualificação do profissional que realiza tal serviço.

Tivemos a oportunidade, durante a graduação, de travar contato com o acervo de um potencial cliente deste tipo de serviço, que foi objeto de nossa atuação em estágio curricular. O resultado deste trabalho, ainda que incipiente, foi percebido positiva e entusiasticamente pelo titular, acerca das vantagens da gestão documental. Para ilustrar parte do que pretende-se explorar nesta monografia, pode-se citar (BÖER, 2010) da sua avaliação:

Até para mim era difícil encarar o início deste trabalho que sabia que era necessário, mas que a correria do dia – a – dia e o volume assustador faziam com que adiasse esse projeto. E, para minha surpresa, mostrou-se eficiente em pouco tempo, sendo também um desencadeador de um processo de autogestão, onde também aprendi muito sobre as melhores e mais eficazes formas de arquivamento dos meus documentos e acervo. (BÖER, 2010)¹.

Esta experiência trouxe maior motivação quanto às potencialidades deste mercado de trabalho e quanto à viabilidade da realização desta monografia.

Assim, este trabalho pretende abordar a questão dos Arquivos Pessoais apontando especificamente a gestão desses arquivos em suas fases corrente e intermediária e a sua relevância para a Arquivologia, assim como para a História.

¹ Extraído de: Relatório de estágio curricular, 2010, p. 19.

Também serão abordados aspectos da legislação brasileira, do mercado de trabalho do profissional da informação e a regulamentação da profissão de Arquivista.

Acreditamos que a apropriação do arquivista deste campo de atuação profissional, pode trazer novas possibilidades de trabalho, uma vez que a produção documental atualmente se ramifica em diferentes tipos de suporte, aumentando significativamente a necessidade da gestão deste tipo de acervo. A oferta de serviços de consultoria, por exemplo, para a organização de acervos pessoais ainda na fase corrente, pode inclusive aproximar a arquivologia da realidade de pessoas comuns, mas que necessitam de informação ágil para melhor desenvolverem suas atividades, trazendo benefícios concretos para o seu cotidiano, reconhecimento profissional para o arquivista e contribuindo para a divulgação da profissão.

Propomos a união de interesses públicos e particulares para garantir a preservação da memória do tempo presente: os benefícios que qualquer pessoa pode usufruir com a gestão documental de seu acervo unidos à noção de que, para a maioria de nós, não é possível determinar se os documentos que produzimos, recebemos e acumulamos ao longo da vida serão ou não de interesse público no futuro.

2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho são os seguintes:

2.1 Objetivo Geral

Identificar as potencialidades de atuação profissional para o arquivista na organização e gestão de arquivos pessoais correntes e/ou permanentes.

2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Rever os conceitos teóricos dos arquivos pessoais em sua relação com a Arquivologia e com a História, bem como a relação do mercado de trabalho com a regulamentação profissional;
- b) conhecer as experiências de profissionais da informação junto a arquivos pessoais;
- c) avaliar como as demandas do titular do arquivo pessoal influenciam na aplicação dos princípios arquivísticos;
- d) identificar os perfis do cliente potencial deste serviço, determinando algumas especificidades deste nicho de mercado.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão de literatura pretende buscar subsídios para embasar teoricamente a gestão documental e a relevância da sua prática ainda nas fases corrente e intermediária em arquivos pessoais, e os benefícios possíveis desta prática, para os arquivistas, para os titulares dos acervos e para a preservação da memória do tempo presente.

3.1 Gestão Documental

A Arquivologia é uma área do conhecimento que busca analisar os processos organizacionais dos fluxos de informação, propondo formas adequadas para o seu tratamento. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005)², gestão de documentos é: “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento”. A gestão deve incidir sobre todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua criação até sua destinação final, seja a eliminação ou a guarda permanente.

Segundo Jardim (1987) “[...] a aplicação dos princípios da administração científica para a solução dos problemas documentais gerou os princípios da gestão de documentos, os quais resultaram, sobretudo, da necessidade de se racionalizar e modernizar as administrações.” Para o autor, alguns dos benefícios da gestão documental eficiente são:

[...] garantir que as políticas e atividades dos governos sejam documentadas adequadamente; garantir que um menor número de documentos inúteis e transitórios sejam reunidos a documentos de valor permanente; garantir a melhor organização destes documentos, caso atinjam a fase permanente; inibir a eliminação de documentos de valor permanente. (JARDIM, 1987, p.36)

²Extraído de: ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.p.100.

Além das vantagens que o tratamento arquivístico na fase corrente pode trazer para os profissionais que trabalharão com estes fundos no futuro, quando e se eles forem postos à disposição de pesquisadores, acreditamos que os benefícios administrativos e legais da gestão documental na fase corrente e intermediária de arquivos de instituições, podem ser transpostos para a realidade dos arquivos pessoais.

3.2 Os Arquivos Pessoais e a Arquivologia

A conceituação do termo Arquivos Pessoais pode ser vista inserida na noção geral de Arquivo que, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.27) é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte”.

A relevância deste tipo de arquivo está geralmente associada a arquivos de guarda permanente, cujos titulares, já tem estabelecida sua notoriedade e importância social. De acordo com Bellotto (2007), arquivo pessoal é entendido:

[...] como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2007, p.266)

Segundo esta definição, entendemos que a Arquivologia tende a considerar dignos de interesse os arquivos de pessoas cuja atuação teve ou tem comprovada relevância para a sociedade, sempre com o foco voltado ao valor histórico dos documentos de guarda permanente. Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre uma das categorias citadas pela autora - cientistas, por exemplo - percebemos que estamos falando de inúmeros profissionais que estão presentes hoje nas

universidades, laboratórios, hospitais e centros de pesquisa, ou atuando em comunidades de todos os tipos, principalmente se pensarmos nas ciências sociais. Estes profissionais estão seguramente produzindo documentos de valor permanente e de grande importância para a história e a sociedade. Mas também estão produzindo uma enormidade de documentos importantes, que podemos comparar aos produzidos em função das atividades-meio de uma instituição. Seu valor para o titular é imediato, em função de suas necessidades cotidianas. É fundamental para qualquer um que tenha pretensões de consolidar uma carreira no meio acadêmico, a organização de, ao menos, os seus documentos referentes à formação, e que dão suporte ao seu currículo na Plataforma Lattes³, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ .

Ao escolhermos outra categoria, por exemplo, artistas, podemos também falar sobre a prática do artista de documentar o processo de criação e, eventualmente, expor este arquivo, como obra de arte. Segundo Junqueira (2010):

[...] Diante da crítica ao objeto único e da incorporação do efêmero, estreitaram-se as relações entre obra de arte e documento. Desse modo, os próprios documentos do processo, dentre eles, os escritos de artistas, passam a ser exibidos também como obra, num jogo ambíguo e crítico, em que o artista questiona, ao mesmo tempo, os estatutos de obra e de documento, circunscrevendo-os a um tempo e lugar específico. Ao sistematizarem esses documentos em arquivo, expondo-o a público, os artistas permitiram que esses arquivos conquistassem também sua autonomia, dando origem ao que identificaremos [...] como “arquivo/obra”. (JUNQUEIRA, 2010, p.22)

A autora, citando uma artista entrevistada em sua pesquisa, fala também sobre a relevância de se resguardar os documentos do processo criativo, na medida em que eles contribuem para a construção de um histórico de cada etapa do trabalho e, desse modo, possibilitam que um dia essas mesmas etapas sejam revisitadas por outros. Muitos artistas fotografam, filmam ou escrevem sobre suas experiências e a organização destes arquivos pode contribuir para a historiografia da arte contemporânea.

³ A Plataforma Lattes é a base de dados de currículos, instituições e grupos de pesquisa das áreas de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>

Além das categorias profissionais citadas, diversos outros usuários podem se beneficiar da prática arquivística. A relevância histórica dos acervos pessoais em construção nos dias de hoje só ficará evidente no futuro, o que não nos parece justificativa para que os mesmos não sejam objeto de tratamento arquivístico na fase corrente, enquanto ativos.

Schellenberg (2006), ao tratar do arranjo de papéis ou arquivos privados, nos conta que era costume nos Estados Unidos que estes documentos, já considerados de guarda permanente e que eram chamados de “manuscritos históricos”, fossem tratados por bibliotecários que tinham que lidar com “agregados de peças díspares e desorganizadas, originários de famílias importantes na história do país”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 269).

Ainda Bellotto (2007), ao tratar dos arquivos pessoais como fontes de pesquisa histórica, destaca a importância de sensibilizar os detentores e as famílias para a questão da preservação dos acervos pessoais de interesse público. Acreditamos que esta sensibilização possa ser feita diretamente com os titulares, em vida, com o fundo aberto e em fase corrente. (BELLOTTO, 2007, p.267).

Com relação à legislação arquivística brasileira, ressaltamos os dispositivos que embasam a possibilidade de reconhecimento de acervos pessoais como sendo de interesse público e social. Segundo a Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, arquivos são os:

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, *bem como por pessoa física*, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (**grifo nosso**). (BRASIL, 1991).

Esta mesma lei, em seu capítulo III, artigos 12 a 15, trata especificamente dos arquivos privados, incluídos os arquivos pessoais, que possam vir a ser considerados de interesse público e social:

[...] Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento

científico nacional. Art. 13. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior. Parágrafo único. Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição. Art. 14. O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor. Art. 15. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas. (BRASIL, 1991).

O Decreto 4.073, de 03 de janeiro de 2002, regulamenta a lei acima citada, tratando em seu capítulo V da Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados:

[...] Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República. § 1º A declaração de interesse público e social de que trata este artigo não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo. § 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social: I - os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público; II - os arquivos presidenciais, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991; III - os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, de acordo com o art. 16 da Lei nº 8.159, de 1991. Art. 23. O CONARQ, por iniciativa própria ou mediante provocação, encaminhará solicitação, acompanhada de parecer, ao Ministro de Estado da Justiça, com vistas à declaração de interesse público e social de arquivos privados pelo Presidente da República. § 1º O parecer será instruído com avaliação técnica procedida por comissão especialmente constituída pelo CONARQ. § 2º A avaliação referida no § 1º será homologada pelo Presidente do CONARQ. § 3º Da decisão homologatória caberá recurso das partes afetadas ao Ministro de Estado da Justiça, na forma prevista na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Art. 24. O proprietário ou detentor de arquivo privado declarado de interesse público e social deverá comunicar previamente ao CONARQ a transferência do local de guarda do arquivo ou de quaisquer de seus documentos, dentro do território nacional. Art. 25. A alienação de arquivos privados declarados de interesse público e social deve ser precedida de notificação à União, titular do direito de preferência, para que manifeste, no prazo máximo de sessenta dias, interesse na aquisição, na forma do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.159, de 1991. Art. 26. Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social devem manter preservados os acervos sob sua custódia, ficando sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente. Art. 27. Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social poderão firmar acordos ou ajustes com o CONARQ ou com outras instituições, objetivando o apoio

para o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização, preservação e divulgação do acervo. Art. 28. A perda acidental, total ou parcial, de arquivos privados declarados de interesse público e social ou de quaisquer de seus documentos deverá ser comunicada ao CONARQ, por seus proprietários ou detentores. (BRASIL, 2002).

Finalmente, a Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Arquivos, de 25 de julho de 2003, dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, onde destacamos os seguintes artigos:

[...] Art. 4. Toda pessoa física ou jurídica, ou órgão da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito federal ou dos Municípios, poderá solicitar instauração de processo de declaração de interesse público e social de que trata esta Resolução. Art. 5. A solicitação deverá ser dirigida ao Presidente do CONARQ e endereçada a este Conselho, que funciona na sede do Arquivo Nacional. Art. 6. A solicitação deverá conter os seguintes dados, sob pena de ser recusado o seu recebimento: I – identificação e qualificação do solicitante ou de quem o represente; II – domicílio ou sede do solicitante e local para recebimento de comunicações; III – justificativa da solicitação; IV – identificação e qualificação do proprietário ou do detentor do arquivo; V – localização do arquivo. Art. 7. Todas as solicitações serão autuadas na respectiva unidade protocolizadora do CONARQ e encaminhadas, pelo seu Presidente, à Comissão Técnica de Avaliação. Art. 8. A Comissão promoverá a instrução do processo com base na análise da justificativa da solicitação, da eventual documentação anexada àquela, bem como do acervo em questão, devendo fazer constar da instrução, pelo menos as seguintes informações: I – mensuração aproximada, traduzida em unidades, metros lineares e/ou metros cúbicos; II – estado de conservação dos documentos, incluindo o tipo de acondicionamento e armazenamento; III – resumo do conteúdo e histórico do acervo. Art. 12. Se o proprietário ou o detentor do arquivo dificultar ou impedir, comprovadamente, o acesso da Comissão ou de quaisquer de seus membros ao arquivo, ressalvado o direito à intimidade e à vida privada, este fato será comunicado ao Presidente do CONARQ para que sejam recomendadas as medidas administrativas ou judiciais cabíveis. (BRASIL, 2003).

Em seu artigo *Gestão de Arquivos Pessoais* (2008, p.79), Vanderlei Batista dos Santos considera que parte da discussão sobre o tratamento arquivístico dos acervos pessoais recolhidos às instituições de arquivo, poderia ser facilitada se “os titulares tivessem pensado em padrões formais de produção e organização”. Também esta prática pode contribuir para um maior conhecimento acerca do fazer arquivístico, na medida em que uma pessoa que tenha o seu acervo organizado

provavelmente se sentirá motivada a levar essa experiência a outros locais onde atue, servindo de incentivo à implantação de políticas de gestão arquivística nessas instituições.

Os arquivos pessoais estão relacionados aos processos de integração e exclusão social. Todos nós estamos sujeitos aos prejuízos de ordem financeira, patrimonial e moral, se descuidarmos dos papéis que atuam como prova de nossa idoneidade, e mesmo dos que simplesmente registram nossa existência junto ao Estado. Segundo Artières (1998) “[...] o indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico”. (ARTIÈRES, 1998, p.11). Um dos aspectos dos arquivos pessoais abordados pelo autor é o da intenção autobiográfica, presente quando manipulamos nossos arquivos, decidindo o que será guardado, o que será suprimido, o que será reescrito. Para Gonçalves Neto (2008) “[...] quando selecionamos o que merece ser guardado, é porque já selecionamos anteriormente o que mereceu ser vivido, ou pensado, ou aquilo que se tornou realidade”. (GONÇALVES NETO, 2008, p.4).

Outra questão importante está relacionada à aplicação dos princípios arquivísticos, especialmente o princípio da proveniência ou respeito aos fundos, que de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.136) é “[...] princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras”. Sabe-se que é bastante comum que existam nos acervos pessoais, conjuntos de documentos de proveniência diversa, decorrente das atividades da pessoa em diferentes instituições. Segundo Prochasson (1998):

[...] Os historiadores da política sabem que a distinção entre “arquivos públicos” e “arquivos privados” com freqüência esbarra no amálgama que tanto políticos quanto funcionários às vezes fazem na gestão de seus papéis pessoais. Em alguns casos, a apropriação ilegal de fundos públicos por pessoas privadas foi aliás uma sorte: assim, foi possível remediar a destruição dos arquivos do Ministério das Finanças [da França] em 1871 graças a uma parte dos “arquivos privados” dos funcionários do órgão. (PROCHASSON, 1998, p.106).

Assim, um dos objetivos desta pesquisa é explorar em que medida a presença do titular, e suas decisões referentes ao acervo, interferem no resultado das práticas arquivísticas e na aplicação dos princípios arquivísticos.

3.3 Os Arquivos Pessoais e a História

Para a História, especialmente a partir do surgimento da Nova História⁴, que, segundo Burke (1992, p.11) “começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana”, os arquivos pessoais, mesmo que de indivíduos sem maior expressão na sociedade, podem ser de grande interesse. A Nova História, também chamada História Cultural, enfatiza o relativismo cultural e sua base filosófica é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente construída, sem a distinção entre o que é central e o que é periférico. Também passou a valorizar o indivíduo como sujeito histórico, não mais diluído nas estruturas de classes, mas de carne e osso e capaz de, nas brechas do sistema, fazer opções e dar direção à sua vida. Segundo Foucault (2008), é principalmente a partir da revisão da função dos documentos que a mutação dos paradigmas da história se torna possível. Para o autor:

[...] O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado, e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2008, p.7)

A descoberta dos arquivos pessoais pelos historiadores está associada a uma transformação do seu campo de trabalho, onde surgem novos objetos e fontes para a pesquisa, e incorporam-se novas metodologias em função da renovação teórica, do abandono de práticas ortodoxas e da pluralidade de escolhas e de abordagens.

⁴ Corrente historiográfica surgida a partir da publicação de uma coleção de ensaios editada por Jaques Le Goff em 1978, inaugurando uma reação ao paradigma vigente, “(...) *rejeitando a composição da História como narrativa, valorizando os documentos oficiais como fonte básica e considerando as motivações e intenções individuais como elementos explicativos para os eventos históricos*”. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_hist%C3%B3ria acesso em 21/09/2011.

Assim, passa a ser uma preocupação dos historiadores a percepção de pessoas comuns e suas experiências de mudança social, bem como as opiniões sobre o seu próprio passado. Segundo Tanno (2007):

[...] sabemos que sob a nomenclatura Arquivos Pessoais designamos as mais diversas formas de escritas de si e o acúmulo de inúmeros documentos e registros relativos à vida pessoal, profissional, cultural, política e pública de uma pessoa, seja ela uma figura conhecida ou ordinária. (TANNO, 2007, p.1)

Para a autora, ao falarmos de arquivos pessoais, estamos tratando da “[...] constituição do sujeito em sociedade, inserido e engendrado nas tramas cotidianas da sobrevivência em algum lugar e época histórica” (TANNO, 2007, p.7). Uma das correntes historiográficas que tem por temática preferencial a vida de um indivíduo comum é a micro-história⁵, que fornece instrumentos para rastrear seu modo de vida, suas experiências, sua inserção em grupos sociais, seus conflitos internos e com a sociedade.

A questão do uso dos arquivos pessoais como fonte para o fazer historiográfico é também bastante complexa, no que diz respeito às práticas de sacralização e monumentalização dos acervos de personalidades. Essas reflexões têm relação, segundo Heymann (2005), com o processo da produção de fontes, ou seja, da transformação de registros em fontes históricas. A autora se refere:

[...] ao investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc. sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional. (HEYMANN, 2005, p.2).

⁵ “Gênero historiográfico surgido com a publicação, na Itália, da coleção “*Microstorie*”, sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, entre 1981 e 1988. A sua proposição de análise histórica defende uma delimitação temática extremamente específica por parte do historiador. Numa escala de observação reduzida, a análise desenvolve-se a partir de uma exploração exaustiva das fontes. Contempla temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas, às situações-limite e às biografias ligadas à reconstituição de microcontextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente figuras anônimas, que passariam despercebidas na multidão. Fonte: Wikipedia. disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microhist%C3%B3ria>

Para Prochasson (1998), alguns tipos documentais, como as correspondências e os diários íntimos, são fontes que atraem com mais facilidade os historiadores e nas quais eles às vezes se enredam. Considera ainda ingênuo o discurso de que os arquivos privados e as fontes pessoais sejam naturalmente providos de autenticidade ou que possam desvendar alguma verdade então inacessível de outra forma. Para o autor:

[...] As armadilhas que as correspondências estendem aos historiadores são [...] numerosas. A impressão de pegar desprevenido o autor de uma carta que se destinava unicamente ao seu correspondente, o sentimento de violar uma intimidade, garantia de autenticidade, quando não de verdade, são às vezes bastante enganadores. Existem correspondências que traem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo [...] de torna-los públicos. A conservação sistemática da correspondência recebida por um intelectual e [...] mesmo as cópias de algumas de suas próprias cartas [...] me parecem indicar uma consciência da história que vem pôr um limite inegável à autenticidade. Nada corre o risco de ser mais falso do que a “bela carta” ou o arquivo privado “que basta a si mesmo”, que é tão “revelador”. Há aí algumas armadilhas preparadas. (PROCHASSON, 1998, p.111).

Sobre estas armadilhas, Gomes (1998, p. 126) pondera que o encanto dos documentos pessoais pode levar à ilusão da verdade, ao permitir um contato muito próximo do historiador com os sujeitos da história pesquisada. Para a autora, “os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros”.

Para Bacellar (2005), poucos são os casos de iniciativas de organização de acervos pessoais empreendidos por seus produtores com o objetivo de torná-los acessíveis à pesquisa, sendo mais usual a doação ou venda dos mesmos pelas famílias após a morte do titular. Ainda mais comum, é que os acervos permaneçam com as famílias ou sejam destruídos. Se para o autor é dever do historiador “[...] investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar “[...] ter acesso a esses acervos tão preciosos” (BACELLAR, 2005, p.42), acreditamos que para o arquivista este pode ser um vasto campo de atuação profissional, onde pode se tornar efetiva a sensibilização dos próprios titulares para que mantenham seu acervo organizado e tenham em mente as potencialidades para a história e o

interesse público. Ainda que essas potencialidades pareçam remotas no tempo presente, como já vimos, a legislação arquivística brasileira prevê a possibilidade de que acervos pessoais sejam considerados de interesse público e social.

Acredita-se que, embora não se possa esperar que todas as pessoas que mantenham acervos relacionados às suas atividades possuam conhecimento arquivístico, pode-se trabalhar para que estas pessoas tenham conhecimento de que existe um profissional capacitado a atender esta demanda, e das vantagens que este trabalho pode trazer.

3.4 O mercado de trabalho do profissional da informação

O termo profissional da informação é utilizado para reunir sob uma mesma categoria, profissionais de formação distinta e ao, mesmo tempo, inter-relacionadas demais para que se possa tratar qualquer uma delas como disciplina ou ciência isolada das outras. Embora alguns autores (Tarapanoff; 2002; Suaiden ;Oliveira, 2002) incluam sob esta denominação também os profissionais que atuam com a tecnologia da informação, como analistas de sistemas e similares, classicamente o termo abarca as profissões de arquivista, bibliotecário e museólogo. Também conhecidas como as 3 Marias (SMITH, 2000), denominação tradicional que separa estas categorias profissionais, enfatizando suas diferenças e especificidades e, muitas vezes, ignorando as semelhanças. Não cabe aqui aprofundar essa discussão, mas vale ressaltar que, como diz a autora citada “[...] as 3 Marias não nasceram separadas, afastaram-se ao longo do tempo” (SMITH, 2000, p.28), uma vez que as primeiras bibliotecas guardavam tanto material bibliográfico quanto de cunho arquivístico.

Atualmente, grande parte da literatura sobre este tema ou trata de profissionais da informação, genericamente, ou se concentra em torno do profissional bibliotecário. Nesta seção, vamos nos restringir à arquivistas e bibliotecários, que a nosso ver, são os que mais características comuns tem em relação ao mercado de trabalho.

Como visto anteriormente, sabe-se que a importância dos arquivos pessoais vai além dos acervos de personalidades já estabelecidas como tais. Estende-se

também a pessoas cuja atividade profissional demanda maior agilidade informacional, bem como as que necessitam manter maior controle documental em virtude da gestão do seu patrimônio, por exemplo. Para Artières (1998) estes são aspectos da injunção social, que remete a toda documentação que como cidadãos, somos obrigados a manter e apresentar como prova, sob pena da exclusão social. “[...] Para existir é preciso inscrever-se: nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias.” (ARTIÈRES, 1998, p.10).

A medida da ascensão social dos cidadãos, com aumento da aquisição de bens e serviços, só faz aumentar o acúmulo de documentos que contenham prova destas transações. Também a atividade fiscalizadora dos governos sobre as atividades que geram bens e direitos aos cidadãos cresce a cada dia. Segundo Lopez (2008):

[...] A contratação de profissionais pessoais – como contadores, paisagistas, decoradores, bibliotecários etc. – já estava consolidada no século passado, porém, recentemente começamos a assistir uma ampliação deste fenômeno, com a oferta de professores de educação física, nutricionistas e diversos outros profissionais. Será que é possível antever um novo nicho profissional para os arquivistas, como consultores de arquivos pessoais? (LOPEZ, 2008, p.6).

A Lei 6.546, de 04 de julho de 1978, que regulamenta as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, é bastante sucinta. No seu artigo 2º indica as atribuições do Arquivista:

[...] I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (BRASIL, 1978).

A lei não especifica as possibilidades de atuação do arquivista nos diversos tipos de arquivos, cabendo ao profissional buscar sua inserção em nichos de mercado menos usuais.

Segundo Lopes (2011), em pesquisa realizada sobre o mercado de trabalho dos profissionais da informação no Rio de Janeiro e Niterói, “[...] o mercado de trabalho dos profissionais da informação é basicamente público. O espaço destes profissionais na área privada é bastante restrito.” (LOPES, 2011). Ao tratarmos da atuação profissional em arquivos pessoais, portanto privados, seguramente estamos falando da atuação independente, na forma de consultoria. O profissional que queira se dedicar a esse ramo, deverá se capacitar em questões relacionadas à administração desse negócio, como empreendedorismo e marketing.

Empreendedorismo, segundo Resende (2006 apud SEBRAE, 2004) é a característica do profissional motivado pela auto realização, desejo de assumir responsabilidades e independência. Este profissional considera irresistível assumir novos desafios, estando sempre propondo novas idéias, seguidas pela ação. Identificam oportunidades, agarram-nas, buscam recursos e transformam tais oportunidades em negócios. As características empreendedoras não são natas e podem ser aprendidas durante a vida do profissional.

Para Rubi; Euclides; Santos (2006), “[...] a sociedade não conhece o verdadeiro potencial do profissional da informação bibliotecário e por conseqüência não valoriza e não se utiliza dele.” (RUBI; EUCLIDES; SANTOS, 2006, p.87). Sabe-se que a realidade para o profissional arquivista não é muito diferente, cabendo a ambos adotar estratégias de valorização profissional. O marketing é uma ferramenta capaz de auxiliar profissionais e profissões a se estabelecerem no mercado, podendo ser entendido como a relação existente entre o que o cliente/mercado quer, e o que o profissional pode oferecer. Segundo McKenna (1993):

[...] O marketing é orientado à criação, e não ao controle de um mercado, baseia-se na educação desenvolvimentalista, no aperfeiçoamento incremental, e no processo contínuo, e não em simples táticas para conquistar fatia de mercado, ou em eventos únicos. (MCKENNA, 1993, p.3).

O autor também destaca a credibilidade como fator de sucesso, e que esta será aumentada ou diminuída de acordo com as experiências positivas ou negativas que os clientes tenham com o profissional.

Ainda com relação ao marketing, ao falarmos da oferta de serviços arquivísticos, cabe diferenciar a experiência de compra entre um produto e um serviço. Se por um lado compreendemos o produto como um bem imediatamente avaliável, já que sua experimentação é consequência da compra, o serviço é antes de tudo um bem consumido após a compra, já que este tem avaliação posterior ao seu uso. Com isso, a venda de serviços demanda fatores muito mais complexos de serem avaliados e customizados, por isso é fundamental investir no marketing de serviços com o intuito de mensurar e conhecer os desejos dos usuários, proporcionando-lhes conveniências e facilidades. Sobre isso, Amaral (1996), destaca que:

[...] Independentemente do tipo de unidade de informação que seja considerado, ela deve ser vista como um "negócio", igual a outro qualquer, guardando-se suas peculiaridades. Se os profissionais [...] agirem dessa maneira, poderão com maior facilidade selecionar as oportunidades para agir e antecipar-se com as informações do interesse de seus usuários. Conseqüentemente, alcançarão resultados positivos, satisfazendo a contento as necessidades de informação desses usuários e fazendo melhor uso dos recursos disponíveis, esteja a unidade de informação localizada em qualquer região do mundo. (AMARAL, 1996, p. 6).

Também a crescente informatização das atividades de todos os tipos de profissionais, combinada a uma hiperdocumentação digital da vida privada, com o acúmulo de arquivos de fotos, vídeos e documentos digitais, demanda uma necessidade de organização desse tipo de arquivo. Os documentos digitais, se não tratados adequadamente, tendem a se tornar rapidamente inacessíveis. Assim, essa também é uma questão que deverá ser objeto de atenção dos profissionais, a partir do interesse e da capacitação continuada nas ferramentas desse mundo digital e ou virtual. Segundo Luz (2010), “[...] ao não atentarmos para essas questões, estamos correndo o risco de perder uma parte da história, pela não preservação da “informação digital primitiva.” (LUZ, 2010, p.15).

Com relação à ética profissional, segundo Gonçalves Neto (2008), tanto os princípios estabelecidos no Código de Ética elaborado pelo Conselho Internacional

de Arquivos aprovado em 1996, quanto no texto brasileiro de 1997, estabelecem parâmetros de correção de ordens:

[...] Técnica, que se estabelece na lisura e qualidade no recolhimento, na preservação, na comunicação, na cooperação, na manutenção da integridade, na organização, na divulgação de meios e informações; Pedagógica, que se espera no compromisso com a educação sobre as políticas de gestão de documentos, e na divulgação do valor social do patrimônio documental; Profissional, que se deseja no comportamento cooperativo, na aprendizagem continuada, na lealdade aos fins da instituição, no respeito ao sigilo profissional; Ético-política, que se busca na preservação do patrimônio documental como um patrimônio da humanidade, e com base nos valores políticos democráticos. (GONÇALVES NETO, 2008, p.8).

Ao lidarmos com o acervo de pessoas e de famílias, estamos lidando com a sua intimidade. Assim, o cultivo de uma postura ética de respeito à privacidade e ao sigilo, poderá ser um fator preponderante na indicação para a realização de outros trabalhos nesse campo. Também o fator pedagógico apontado pelo autor, nos parece bastante privilegiado quando temos a oportunidade de intervir em um acervo ainda em fase de acumulação e que pode ser ampliado no sentido de divulgação e valorização da profissão de arquivista.

4 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, buscou-se primeiramente a revisão bibliográfica para conceituar e identificar a visão sobre Arquivos Pessoais de alguns autores das áreas da Arquivologia e da História. Também buscamos referenciar questões ligadas ao mercado de trabalho do profissional da informação, particularmente do arquivista, e a relação com a regulamentação da profissão e a legislação Arquivística brasileira.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que, segundo Gibbs (2009), busca “[...] entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais”, entre outras formas:

[...] Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias biográficas ou a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia e investigando [...] traços semelhantes de experiências ou interações.(GIBBS, 2009, p.8).

Consideramos que, embora a profissão de arquivista seja regulamentada desde 1978, o universo dos profissionais de arquivo é bastante restrito, especialmente para aqueles que atuam como consultores de arquivos privados, institucionais ou pessoais. Desta forma optamos por realizar uma seleção prévia de sujeitos para a realização da pesquisa, chegando-se a uma amostra intencional, a partir de indicações da professora orientadora e do contato realizado com a Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul – AARGS. Foram indicadas inicialmente nove profissionais, todas mulheres, com reconhecida experiência no tratamento de arquivos pessoais, para as quais foi enviado e-mail convidando-as a participar da pesquisa, sendo que seis destas profissionais foram receptivas e concordaram em participar.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário semi-estruturado (ANEXO A), com cinco questões abertas e quatro fechadas. O questionário foi enviado por correio eletrônico para as seis profissionais que se

colocaram à disposição após o contato inicial, e todas efetivamente o responderam. Com relação à identificação das respondentes, embora nenhuma tenha solicitado a não citação do nome completo, optamos por identificá-las por letras (A, B, C, D, E e F).

Embora o instrumento de coleta de dados tenha sido pré-testado com dois arquivistas, não participantes da pesquisa, e passado por algumas adaptações, ainda assim podem ser apontadas algumas limitações. O questionário foi enviado e respondido por e-mail. Uma das perguntas solicitava descrever livremente de uma a três experiências de organização de acervos pessoais, destacando uma série de itens. Cada respondente se expressou de forma diferente, uns foram mais sucintos que outros. Alguns em tópicos para cada item, e outros em bloco de texto. Também algumas perguntas não foram respondidas, e o esclarecimento da questão foi feito posteriormente, também por e-mail. Duas das questões, sobre o volume do acervo e o tempo despendido, foram respondidas de forma diferente por cada um dos participantes.

Os dados foram coletados e encontram-se analisados na seção Resultados.

5 RESULTADOS

Em questionário enviado e devolvido por correio eletrônico e, respondido por seis profissionais, todas com experiência na organização de arquivos pessoais, encontramos os seguintes resultados:

As questões 1, 2 e 3 (ver quadro 1), abrangendo dados de identificação - formação, ano, instituição e cidade da graduação - e número de acervos pessoais em que trabalhou foram respondidas na forma apresentada a seguir:

Quadro 1 – Formação e Quantidade de Projetos

Respondente	Formação	Ano	Instituição/Cidade/ Estado	N° de projetos
A	Arquivologia	1979	UFSM /Santa Maria/ RS	3
B	Biblioteconomia	1985	FATEA /São Paulo/ SP	5
C	Arquivologia	1986	UFSM /Santa Maria/ RS	5
D	Arquivologia	2007	UFSM /Santa Maria/ RS	1
E	Arquivologia	2010	UFRGS/ Porto Alegre/ RS	1
F	Arquivologia	1993	UFSM /Santa Maria / RS	2

Fonte: dados da pesquisa

Ressalta-se que as respondentes **A**, **B** e **C** e **F**, que trabalharam no maior número de acervos pessoais, atuam exclusivamente como consultoras, com muitos trabalhos realizados junto a arquivos institucionais privados. A respondente **D** é arquivista numa instituição pública e a respondente **E** realizou a organização de um acervo pessoal como seu Trabalho de Conclusão de Curso.

A questão 4 solicitava a descrição de uma ou mais experiências, com ênfase em alguns aspectos, e trouxe as seguintes respostas:

Com relação ao volume do acervo e tempo despendido na execução do trabalho:

Quadro 2 – Volume do Acervo e Tempo despendido

Respondente	Volume	Tempo
A	Pequeno	3 meses
B	3.000 a 160.000 documentos	2 meses a 3 anos
C	28.000 documentos	1 ano
D	Não respondeu	Não respondeu
E	12 metros lineares	1 mês
F	Varia de pessoa para Pessoa	Determinada pelo tipo de organização (detalhamento) no processo de arquivamento

Fonte: dados da pesquisa

O instrumento de coleta de dados mostrou-se limitado quando questões aparentemente simples foram respondidas de forma diferente. Com relação à terminologia referente ao volume do acervo, apenas a respondente **E** utilizou o termo considerado correto na literatura arquivística, metros lineares.

Com relação ao nível de detalhamento alcançado na organização do acervo, as respostas são as seguintes:

Quadro 3 – Nível de detalhamento alcançado

Respondente	Nível de detalhamento
A	organização e instrumento de pesquisa
B	Este requisito envolve o conhecimento técnico do profissional, considerando os instrumentos de pesquisa que domina para complementar as informações do acervo – sempre necessário. Detalhamento nível 3. Descrição completa do documento e seu relacionamento com outros documentos do acervo. Uso de bases de dados específicas do assunto do cliente, fontes do cliente e memória oral.
C	Elaboramos o plano de classificação, realizamos avaliação com

	o titular e implantamos o software ABCD para pesquisa e acesso as informações dos documentos.
D	Os documentos dos fundos foram organizados por meio de plano de classificação e foi feita a proposta de um guia do arquivo.
E	foi elaborado um Plano de Classificação de Documentos e uma Tabela de Temporalidade de Documentos
F	sim a busca do acervo faço normalmente pelo Excel onde as possibilidades de busca são numerosas

Fonte: dados da pesquisa

Salienta-se que apenas a respondente **E** citou a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos, embora esta esteja subentendida quando a respondente **C** relata que foi feita avaliação com o titular. Três respondentes relatam o uso de software ou bases de dados para pesquisa.

Com relação ao perfil do cliente, foi solicitado a indicação de formação profissional, faixa etária e renda. As respostas apontam para pessoas com formação superior, com renda acima de 10 salários mínimos, 45 – 50 anos de idade. Duas respondentes citaram empresários, sendo que uma delas afirmou que um dos clientes era diretor de uma seguradora cujo arquivo também estava sendo tratado. Uma das respondentes citou pessoas com tempo livre, em busca de uma atividade e com interesse em preservar a história familiar.

Com relação à exigência de sigilo e/ou restrições de acesso a partes do acervo, uma das respondentes afirma não haver nenhuma restrição. Três relatam que o acesso ao acervo é total por estarem garantidas as questões de sigilo, referendadas pelo profissionalismo e confiança no profissional. Uma destaca que justamente por ser um dos objetivos a preservação da memória e a divulgação do acervo, não há exigência de sigilo. Apenas uma das respondentes mencionou que o sigilo é máximo, incluindo contratos de sigilo assinados pelos funcionários, sempre havendo alguma restrição à parte do acervo, por motivos particulares do cliente.

Um dos objetivos desta pesquisa era avaliar como as demandas do titular do arquivo influenciam na aplicação dos princípios arquivísticos. Para tanto, foi perguntado se o titular participou do processo, acompanhando toda a organização,

parte dela ou delegando a outra pessoa, e, se esta participação dificultou ou facilitou a aplicação destes princípios.

A respondente **A** relata que “acompanhou em parte” e isso “facilitou, as dúvidas e os esclarecimentos eram respondidos rapidamente e “[...] os princípios arquivísticos foram aplicados sem nenhuma contestação.”

Segundo **B**, “em geral o titular não acompanha passo a passo a organização. Apresentamos conforme a periodicidade acordada no contrato, relatórios sobre a situação do trabalho em andamento.” Com relação à aplicação dos princípios arquivísticos, foram suas palavras:

[...] Pela nossa experiência, a regra número um é: adequar as regras às necessidades do cliente. Quando você trabalha com um acervo particular, tem que ter em mente sempre: a organização da documentação é para facilitar o uso do acervo pelo cliente, não para fazê-lo usuário de regras para acessar sua documentação. Essas regras não fazem parte do conhecimento dele e se assim fosse, ele mesmo organizaria o acervo ou mandaria alguém cumprir as regras que ele indicasse. Nossa experiência tem demonstrado que, se você consegue explicar para o titular, de maneira simples e objetiva, a necessidade de aplicação de algumas regras arquivísticas, o trabalho flui bem. Também importante é deixar manuais com as regras aplicadas no acervo, para consulta futura, após o término do trabalho. (B, 2011)

A profissional **C** relata que “o acompanhamento [...] foi feito conforme a sua disponibilidade, [...] relatando fatos para facilitar a classificação dos documentos” e considera a “participação do titular fundamental para a organização do acervo pois facilita e permite adequar a organização dos documentos conforme a necessidade e expectativa do cliente, tornando mais fácil a aplicação dos princípios arquivísticos”

Para **D**, a única das participantes da pesquisa cuja experiência foi com o acervo de uma pessoa já falecida, e o contato se deu com a família do titular, ainda assim “a participação da mesma [família] foi fundamental para esclarecer muitas dúvidas e questões que surgiam ao longo do trabalho”.

A respondente **E** relata que o titular participou ativamente do processo e esta participação foi fundamental no andamento do trabalho.

Para **F**, “eles participam direto, contam as histórias familiares, a família normalmente se envolve”. Por outro lado, considera que embora “esta participação seja necessária na identificação de objetos e pessoas em fotos, às vezes eles

atrapalham porque querem mudar a organização já definida, aí tem que começar tudo de novo, digo que é um exercício de muita paciência.”

Ao serem perguntadas sobre como se dá o contato inicial com o cliente – questão 5 - todas responderam que é por indicação de outros profissionais, ou por já estar sendo feito um trabalho arquivístico no acervo da instituição em que a pessoa trabalha. A respondente **F** salienta que sempre é por indicação, “por ser muito íntimo, tu vais trabalhar na casa da pessoa”.

A questão 6 perguntava sobre a motivação dos clientes para buscar a organização do seu acervo pessoal, se teria relação com uma noção de memória póstuma ou se era mais relacionada aos benefícios objetivos da gestão da informação no cotidiano. Como vemos no gráfico abaixo, a maioria das entrevistadas respondeu que o objetivo principal ou está relacionado à gestão documental no cotidiano ou a ambas as motivações.

Gráfico 1 - respostas da questão 6



Fonte: dados da pesquisa

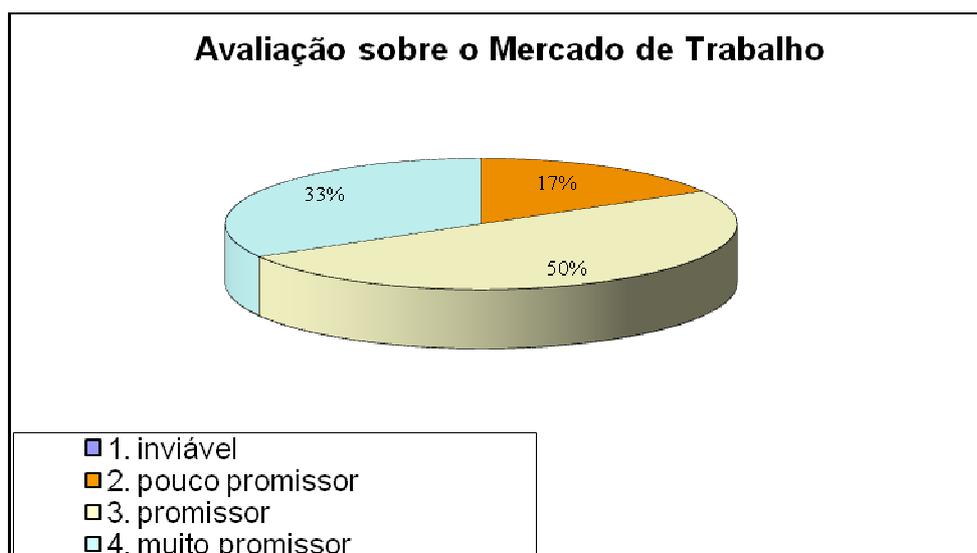
Perguntadas sobre qual seria o maior desafio ao trabalhar com este tipo de acervo – questão 7 - **A** e **E** responderam que é conquistar ou ganhar a confiança do cliente proprietário do acervo. Para **B** é “entender exatamente as necessidades do

cliente”. Para **D**, o desafio é “traduzir, por meio da organização do seu acervo, a vida de uma pessoa.” Para **F**, é “conseguir chegar ao final, as pessoas ficam entediadas e querem parar, aí é outro processo o de mostrar o valor de acabar o trabalho.” Segundo **C**, são dois os desafios:

[...] Conseguir a disponibilidade do titular em acompanhar e fornecer informações importantes para a organização, normalmente o trabalho acaba sendo demorado em função desta situação, pois mesmo aplicando os instrumentos Arquivísticos temos que entender qual a necessidade e expectativa do cliente. Conseguir mostrar que o acervo da memória da empresa é separado do acervo do arquivo pessoal. (C, 2011).

Na questão 8 as entrevistadas foram solicitadas a avaliar o mercado de trabalho em gestão de arquivos pessoais, numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a inviável e 5 corresponde a solidamente estabelecido. A maioria das respondentes classifica o mercado como promissor ou muito promissor, como vemos no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - respostas da questão 8



Fonte: dados da pesquisa

Finalmente, na questão 9, perguntadas se tinham outras questões a comentar, duas entrevistadas destacaram aspectos da realização profissional e satisfação pessoal. A entrevistada **D** considera este tipo de trabalho muito satisfatório pela possibilidade de se conhecer uma pessoa na sua intimidade através de seus documentos. A entrevistada **F**, que foi a que discorreu mais sobre as dificuldades do trabalho nas demais questões da pesquisa, destaca que embora o trabalho possa ser muito desgastante, quando se consegue concluí-lo, as pessoas ficam “maravilhadas” com o resultado.

Algumas inferências e conclusões podem ser elaboradas a partir das respostas dessas profissionais sobre este nicho específico do mercado de trabalho, e serão expostas a seguir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa, amparada pela literatura referenciada, veio confirmar o potencial que acreditávamos ter este nicho de mercado: o tratamento arquivístico de acervos pessoais, não só do ponto de vista da preservação da memória de uma pessoa e/ou de uma família, mas também e principalmente do ponto de vista da gestão da documentação corrente e intermediária, trazendo benefícios concretos para o cotidiano.

Se, como vimos na apresentação dos resultados, a maioria das entrevistadas considera que a motivação maior dos seus clientes para a busca deste serviço tem sido a gestão da informação no cotidiano, este é um aspecto que pode e deve ser explorado pelo profissional. Uma das alternativas seria a associação com outros profissionais, como contadores e advogados, para o estabelecimento de consultorias especializadas.

Como já citado na seção sobre o mercado de trabalho, é fundamental a capacitação do profissional da informação em questões ligadas à preservação dos documentos digitais e, se desejar se firmar no mercado de consultorias, aprofundar-se nas questões de base da administração de seu negócio.

Também é possível afirmar que as oportunidades junto a acervos pessoais são mais numerosas quando o profissional se firma na atuação como consultor, pois a partir da credibilidade alcançada junto aos clientes institucionais, podem surgir propostas de trabalho junto aos acervos pessoais de diretores e funcionários dessas instituições. São justamente as profissionais que atuam há algum tempo como consultoras, também em arquivos de instituições privadas que, nas suas respostas ao questionário, avaliaram como promissor ou muito promissor este nicho de mercado.

Podemos ainda afirmar que, além das questões mais objetivas, a escolha por se trabalhar com este tipo de acervo passa também pelo temperamento pessoal do profissional. É um trabalho sujeito às decisões e caprichos dos titulares dos acervos, o que, na verdade, se aplica aos arquivos privados de modo geral, sendo necessárias habilidades específicas de negociação para se chegar a concluir o trabalho e alcançar os melhores resultados.

O perfil do cliente apontado pelas entrevistadas, pessoas com formação superior, renda acima de dez salários mínimos e idade acima de 45-50 anos nos faz acreditar que: são pessoas com patrimônio acumulado e próximas da aposentadoria. Ambas são situações que geram grande acúmulo de documentos e necessidade de organização destes papéis, do seu patrimônio, de seus investimentos, para decidir o seu futuro e, talvez, o futuro da família. Também neste momento da vida, pode entrar em cena a outra motivação importante para a organização do acervo pessoal, mais subjetiva, relacionada à preservação da memória que a família e a comunidade herdará daquela pessoa. Aqui podemos retomar a fala de uma das respondentes que cita como grande desafio neste tipo de trabalho, o de “traduzir, por meio da organização do seu acervo, a vida de uma pessoa”.

Este trabalho caracterizou-se por uma abordagem inicial ao tema, podendo e devendo ser aprofundado em próximos estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angélica do. Marketing em Unidades de Informação: o desafio da sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação**, Vol. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/452/411>>. Acesso em: 25 out. 2011.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 21 (Arquivos pessoais), 1998. p.9–33.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BACCELAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. **Fontes Históricas**. PINSKI, Carla B. (org.) Ed. Contexto. São Paulo, 2005. p. 23- 79.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 27 set. 2011.

_____. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 27 set. 2011.

_____. **Resolução nº 17 do CONARQ, de 25 de julho de 2003**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 27 set. 2011.

_____. **Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 27 set. 2011.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: Burke, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Editora UNESP. São Paulo, 1992.

CRISPIM, Adriana Calegari; JAGIELSKI, Shyrlei Karyna. **Consultoria e o Profissional da Informação**: um campo em expansão. Disponível em: <<http://www.doaj.org/doaj?func=abstract&id=254308>>. Acesso em 26 set. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUJISAWA, Vivian Eiko. **Arquivos Pessoais**: proposta de organização do acervo do cartunista Santiago. (TCC). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIBBS, Graham; FLICK, Uwe (Coord.) Análise de Dados Qualitativos. **Coleção Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 21 (Arquivos pessoais), 1998.

GONÇALVES NETO, João da Cruz. **Aspectos Políticos e Éticos da Profissão do Arquivista**. Disponível em: http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/seminario_arquivos_universitario_s/joaoneto.pdf>. Acesso em 28 set. 2011.

HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

_____. **Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais**: o lugar dos documentos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 2, n 2. 1987, p. 35 – 42.

JUNQUEIRA, Lílian Maus. **Escritos de artistas nos arquivos em transformação**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LOPES, Luís Carlos. O mercado de trabalho dos profissionais da informação do Rio de Janeiro e Niterói. **Ciberlegenda**, Niterói, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/237>>. Acesso em: 28 Set. 2011.

LOPEZ, André Porto Ancona. **O “ser” e o “estar” arquivista no Brasil de hoje**. 2008. Disponível em: <http://aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/ Mesa_redonda2/andreporto.pdf>. Acesso em 27 jun. 2011

LUZ, Charley. **Arquivologia 2.0**: a informação digital humana. Florianópolis: Bookess, 2010.

MCKENNA, R. **Marketing de relacionamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos Privados e renovação das práticas historiográficas. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 21 (Arquivos pessoais), 1998.

RESENDE, Janaína Barcelos. **O Bibliotecário empreendedor e o mercado de informação no Distrito Federal**.(TCC).Brasília: UNB, 2006.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.11 n.1, jan./abr., 2006, p. 102-117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acesso em 27 Out. 2011.

RUBI, Milena P.; EUCLIDES, Maria L.; SANTOS, Juliana C. Profissional da informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Revista Informação e Sociedade**. João Pessoa: Estudos, v. 16, n. 1. 2006, p. 104-118. Disponível em: <http://profwalter.com.br/wpcontent/uploads/2011/06/RubiMP_ProfissionalDaInformacao-AspectosDeFormacaoAtuacaoProfissionalEMarketing....pdf>. Acesso em: 07 nov. 2011.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de Arquivos Pessoais**. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=131&layout=abstract&locale=em>> Acesso em 11/01/2011.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6 ed. Rio de janeiro: FGV 2006.

SMITH, Johanna W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo: Nova Série, v.1, n. 2. 2000, p.27-36.

TANNO, Janete Leiko. Os Acervos Pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si. **Revista Patrimônio e Memória**,. V.3, n. 1. São Paulo: UNESP, 2007.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **Revista DataGramaZero**, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em <<http://dgz.org.br/>>. Acesso em 16 out. 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

**GESTÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS:
POTENCIALIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL
DO ARQUIVISTA**

Pesquisa para a Monografia de conclusão do
Curso de Arquivologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
elaborada por: Karina Santos, sob a
orientação da Prof. Maria do Rocio Fontoura
Teixeira.

Prezado Colaborador,

Esta pesquisa tem por objetivo identificar as potencialidades de atuação profissional para o arquivista na organização e gestão de arquivos pessoais, cujo titular está vivo e o fundo, aberto. Assim, através da indicação de colegas arquivistas, você foi selecionado para responder ao questionário abaixo. Agradecemos antecipadamente a sua participação e reiteramos a confidencialidade e sigilo das informações prestadas.

1 Identificação

Nome (apenas iniciais, se preferir):

Formação:

Instituição:

Ano:

Cidade/Estado:

2 Você tem experiência na organização de arquivos pessoais?

1. sim
2. não

3 Em quantos projetos de organização de arquivos pessoais você já trabalhou?

4 Quais trabalhos você considera mais relevantes para sua formação profissional e porque? Escolha de uma a três experiências e as relate livremente, procurando responder às seguintes questões:

- volume do acervo;
- tempo despendido;
- nível de detalhamento alcançado (até onde chegou o trabalho, foi feita descrição, algum instrumento de pesquisa?);
- perfil do cliente (formação profissional, faixa etária, renda)
- Como foi o primeiro contato com o cliente? Se a idéia de organizar o acervo não partiu dele, qual foi sua reação à proposta?
- Que exigências de sigilo ou restrição de acesso foram feitas? Houve alguma parte do acervo que ele preferiu que não fosse trabalhada?
- O titular do arquivo participou do processo de alguma forma? Acompanhou toda a organização, parte dela, ou delegou para outra pessoa?
- Você acha que a participação do titular dificultou ou facilitou a aplicação dos princípios arquivísticos? Porque?

5 Com relação a este tipo de arquivo (cujo titular está vivo e o fundo, aberto), como costuma ocorrer a sua contratação?

- oferta de consultoria (ações de marketing)
- indicação (de outros profissionais ou clientes)

6 Qual a principal motivação dos clientes para buscar a organização do acervo? Essa motivação tem relação com uma noção de “memória póstuma” ou é mais relacionada aos benefícios objetivos da gestão da informação no cotidiano?

7 O que você considera o maior desafio ao trabalhar com este tipo de acervo?

8 Como você classificaria o mercado de trabalho em gestão de arquivos pessoais?

1. inviável
2. pouco promissor
3. promissor
4. muito promissor
5. solidamente estabelecido

9 Alguma outra questão que gostaria de comentar?